



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

O TRABALHO FEMININO NO TRANSPORTE PÚBLICO DE SÃO LUÍS- MA

THE WOMEN'S WORK IN PUBLIC TRANSPORT IN SÃO LUÍS- MA

Bianca Duailibe Alves¹
Fayga da Silva Pereira²
Isabelle da Silva Cunha³

RESUMO

O presente artigo relata os dados e informações coletadas durante a pesquisa de campo relacionada ao trabalho das cobradoras de ônibus de São Luís. Busca-se compreender o conceito de trabalho na atualidade, bem como o papel da mulher neste que, historicamente, sempre foi hierarquizado. O objetivo da pesquisa é analisar e entender o trabalho diário, especificamente das mulheres no transporte público da capital maranhense, onde elas passam por diversos desafios na condição de mulher e trabalhadora. Constatou-se que a precarização no ambiente de trabalho das cobradoras reflete na saúde física e mental das mesmas, assim como na sua segurança. Também se denota o funcionamento dos transportes nos dispositivos da Lei e chegar a resultados quantitativos.

Palavras-Chaves: Mulheres. Trabalho. Transporte Público.

ABSTRACT

This article reports the data and information collected during the research related to the work of the bus collectors of São Luís. We seek to understand the concept of work today, as well as the role of women in it, which historically has always been hierarchized. The goal of the research is to analyze and understand the daily work, specifically of the women, in the public transport of the city, where they go through diverse challenges as women and workers. Socioeconomic

¹ Estudante de Serviço Social, da Universidade Federal do Maranhão- UFMA. E-mail: duailibe_bianca@hotmail.com

² Estudante de Serviço Social, da Universidade Federal do Maranhão- UFMA. E-mail: faygapereira13@hotmail.com

³ Estudante de Serviço Social, da Universidade Federal do Maranhão- UFMA. E-mail: isabellecunha02@gmail.com

information was collected as well as data related to the work environment itself. It was found that the precariousness in the work environment of the collectors reflects on their physical and mental health as well as their safety. We also try to denote the functioning of transport in the provisions of the Law and reach quantitative results.

Keywords: Women. Work. Public transportation.

INTRODUÇÃO

As relações de trabalho entre homens e mulheres na sociedade contemporânea são assinaladas pela maneira de produção capitalista e nesta associação de trabalho entre homens e mulheres há dois fundamentos: separação e hierarquia, sendo que no raciocínio hierárquico, o trabalho masculino é mais reconhecido e melhor remunerado se comparado ao trabalho feminino. Ainda no sentido da separação, o corpo social determina profissões masculinas e femininas (CARVALHO; CASAGRANDE, 2016).

Neste ponto de vista, a carreira de cobradora de ônibus é conceituada para alguns como atividade masculina e as mulheres que entram neste meio podem encontrar alguns obstáculos para além do conhecimento e entendimento técnico, podendo assim ficar a mercês de preconceito, assédio com base no gênero.

É possível afirmar que o transporte coletivo é um ponto observacional de fenômenos sociais pertinentes na sociedade brasileira do século XXI. Consequentemente, refletir sobre o trabalho feminino no transporte coletivo, averiguando suas desigualdades no compartilhamento do espaço público e analisando desta maneira as interações que ocorrem no ambiente dos ônibus questionam a estrutura social mais abrangente na qual estão imersas, a exemplo no Brasil, assinalada por grandes desproporções de classe, raça e gênero (SANTOS, 2015).

O intenso processo de modificações no mundo do trabalho, alicerçado nas maneiras contemporâneas de composição da produção, tem ocasionado um contexto onde as condições de trabalho tornam-se cada vez mais versátil. Nesse sentido, gera um acréscimo de precarização de postos de trabalho, demonstrando instabilidade do emprego, informalização, trabalho subcontratado e em tempo parcial, ainda na perda de direitos e garantias trabalhistas historicamente construídas (NASCIMENTO, 2016).

Essa modificação que vem acontecendo ao longo dos séculos tem impacto vigorosamente sobre a classe trabalhadora, dispondo de um peso sobre a introdução e condição de trabalho do público feminino, pois são as mulheres que sofrem maior repercussão com esse processo (NASCIMENTO, 2016).

Essa veracidade é intervista, fundamentalmente pelas desigualdades de gênero e incorporadas social e culturalmente, caracterizando as identidades de masculino e feminino.

A construção social das relações de gênero se baseia segundo a definição de Joan Scott (1995, p.88) se designa pela análise histórica e social relevante no debate sobre as relações de poder na sociedade. Conforme a autora “[...] o gênero é uma forma original de significar as relações de poder” e também “[...] é um componente característico de relações sociais formadas sobre as desigualdades constatadas entre os sexos [...]” (SCOTT, 1995, p. 89).

Nesse intuito, as relações de trabalho e a divisão sexual do trabalho, estão perceptíveis as relações de poder entre homens e mulheres, relações de dominação, exploração. A hierarquização do trabalho é originada a partir da diferença do trabalho de acordo com o sexo de cada indivíduo e acaba por estimular o sistema de gênero (CARVALHO; CASAGRANDE, 2016).

Vale lembrar que alguns estudos relatam acerca da divisão sexual de trabalho por variadas concepções. Numa delas, observa-se que as desigualdades entre as atividades exercidas por homens e mulheres e as destinadas somente ao gênero feminino dirigem à “natureza feminina” que faz aquela se caracterizar como mais dóceis, cuidadosas, frágeis. Não se sabe o porquê da exploração ter domínio maior sobre as mulheres e quando se procura algum esclarecimento para seu distanciamento em determinados postos de trabalho exercidos excepcionalmente pelo público masculino, dá-se como justificativa: “ela é bem menos equipada no mercado de trabalho; subtende-se com menor formação, porém com menor disponível objetivamente” correspondente aos encargos familiares (VEIGA; BIZERRA, 2017).

Para elaboração deste artigo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica a partir do levantamento de referências teóricas sobre a temática, obtendo a interpretação e análise dos estudos referenciados.

Dessa maneira, o estudo tem por objetivo, discutir sobre a realidade do trabalho feminino no transporte público. No primeiro momento traça-se um breve relato sobre o conceito de trabalho, a inserção das mulheres nesse campo. Em seguida aborda-se o funcionamento do transporte público. E por fim as considerações finais sobre o trabalho.

2 CONCEITO DE TRABALHO E A INSERÇÃO DA MULHER NESSE ÂMBITO

Na contemporaneidade, a categoria de trabalho pode ser entendida como um termo significativamente multívoco e por isso considera-se fundamental exibir e evidenciar a compreensão acerca da temática.

Na base do exercício econômico está o trabalho- pois é ele que torna viável a produção de qualquer bem, originando os valores que estabelecem a riqueza social. Com isso, os economistas políticos sempre conferiram ao trabalho uma importância especial em seus estudos (NETTO; BRAZ, 2000).

O trabalho é, sempre, uma tarefa coletiva: o indivíduo nunca é um indivíduo sozinho, porém sempre se adentra num coletivo de outros integrantes. Ele provoca mais que a relação sociedade/natureza: acarretam numa comunicação no marco da própria sociedade, influenciando os seus cidadãos e sua organização. É através dele que o ser humano transforma a natureza, muda também o seu sujeito: e remetendo a historicidade- foi através de grupos primatas, que originaram os primeiros grupos humanos- numa categoria de salto que fez elevar um novo tipo de ser, diferente do ser natural: o ser social (NETTO; BRAZ, 2000).

Em diversas épocas e sociedades, as mulheres vêm viabilizando algum tipo de trabalho. Nas economias pré-capitalistas as mulheres das classes populares trabalhavam na agricultura, comércio, dentre outras e seu exercício representava um papel essencial para o sustento da família e geração de riqueza social (NASCIMENTO, 2016).

No entanto, devido à cultura patriarcal, onde a mulher deve mostrar um comportamento submisso ao homem, a tarefa realizada por ela dentro do conjunto de atributos econômicos se conceitua como subsidiário e de menor importância quando comparado ao trabalho masculino. Esta afirmativa se dá no desenvolvimento das relações de produção e reprodução da vida social estabelecida na divisão social e na divisão sexual do trabalho, onde se concede tarefas a homens e mulheres de acordo

com a concepção sociocultural de feminino e masculino; tais vínculos são ainda transpostos por questões de gênero, classe, raça/etnia (NASCIMENTO, 2016).

A desigualdade de gênero configura-se como significativa característica de tarefas realizadas por mulheres. Esta pode ser vista fruto de uma concepção originada social e historicamente de desvalorização das mulheres dentro do sistema econômico capitalista, tendo como resultado, aumentado a outros aspectos sociais e culturais, que várias ações elaboradas pelo público feminino são ainda consideradas de inferior qualidade e portador de menor remuneração (GRAF; DIOGO; COUTINHO, 2010).

A percepção de papéis sociais de gênero, o enaltecimento de homens e a domesticação das mulheres, não são acontecimentos naturais. Afirma-se que a identidade social da figura feminina foi concebida por determinantes sociais e econômicos, os quais projetaram os seus possíveis campos de atuação no sistema histórico de produção de vida (TABUCHI; MATTOSO, 2014).

Coincidentemente ao fictício do que é feminino e masculino motivou de necessidades reais, ele também age de modo deliberativo na criação das identidades sociais de gênero. Entende-se que a finalidade de tal função se firma, originalmente, em molde patriarcal da família, preeminente e estrutural nas comunidades capitalistas (TABUCHI; MATTOSO, 2014).

O preconceito e a discriminação são reconhecidos pelos fatores biológicos de distinções entre sexos usando para fundamentar a incapacidade profissional de mulheres, tais fatores de ordem natural são transmutados em oposições sociais (NASCIMENTO, 2016).

Portanto, a condição de trabalho da figura feminina é refletida pela proporção de classe, raça/etnia e pelas relações de gênero, que constantemente apresenta inter-relação nos símbolos do feminismo no ambiente laboral (NASCIMENTO, 2016).

3 FUNCIONAMENTO DO TRANSPORTE COLETIVO

O responsável pelo transporte público coletivo é de competência do poder público municipal. De acordo com o inciso V do artigo 30 da Constituição Federal:

Art. 30. Compete aos Municípios:

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial (BRASIL, 1988).

Esse dispositivo da Constituição concede a liberdade aos municípios da **oferta desse serviço**. Inicialmente, o município pode escolher cuidar do transporte coletivo por conta própria. A prefeitura se compromete diretamente pela gestão do sistema e desembolsa 100% dos recursos para mantê-lo (POLITIZE, 2016).

No entanto, o modo mais comum é a contratação de empresas para a oferta deste tipo de serviço. Para isso, faz-se uma licitação, método padrão organizacional para que uma empresa desempenhe atividades em um serviço público. As empresas atuantes agem sob um regime de concessão ou permissão (POLITIZE, 2016).

As empresas terão como responsabilidade a administração geral do sistema. Logo, os cuidados de quesitos relacionados à conservação de frotas, contratação, capacitação de motoristas e cobradores, o respeito às leis e segurança e observância das ordens advindas da prefeitura. Elas necessitam bancar com custos variados, como exemplo a remuneração dos trabalhadores de transporte público, a compra e manutenção de ônibus, combustíveis, despesas administrativas, dentre outras atividades (POLITIZE, 2016).

4 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caráter descritivo e abordagem qualitativa, realizado com cobradoras que atuam no transporte público da cidade de São Luís, estado Maranhão. O período de coleta de dados ocorreu nos meses de novembro e dezembro 2018.

Os encontros foram realizados durante os dias úteis da semana, no período diurno. Atualmente, nove cobradoras participaram da coleta de dados, compondo uma população pequena.

O critério de inclusão dos sujeitos foi: cobradoras que atuavam no sistema coletivo da cidade, cobradoras que trabalham em empresas diversas. O critério de exclusão foi: pessoas que não desempenhasse tais funções.

A coleta de dados apresentou as seguintes etapas:

1. Abordagem da temática às cobradoras de ônibus- foi discutido sobre a temática e as possíveis respostas que poderiam obter com a realização do estudo.
2. Encontros semanais com a população estudada- com duração de aproximadamente 20 minutos, para implementação de perguntas. No primeiro

momento foi aplicado um questionário com objetivo de traçar um perfil socioeconômico das cobradoras de ônibus. Em seguida, foi avaliado as percepções acerca da temática, tais como dificuldades, casos de assédio, conquistas, saúde. Foi realizado um encontro com cada cobradora de ônibus.

3. Avaliação das respostas após a aplicação do questionário- após a realização da coleta de dados foi feita uma reavaliação de cada entrevista dentro do período da realização de estudo.

Todo material foi analisado e interpretado à luz do referencial teórico-metodológico que abrange os conceitos da Economia Política: uma introdução crítica de Netto e Braz. A precarização e a divisão internacional do trabalho foram orientadas segundo Helena e Hirata quando menciona a relação entre a vulnerabilidade crescente do emprego feminino e o processo de globalização, tendo os seguintes elementos: trabalho precário, gênero, divisão sexual do trabalho, globalização.

Para apresentação dos resultados as cobradoras foram identificadas pela letra C seguida de um número de acordo com a ordem da entrevista para caracterização dos sujeitos (C1; C2; C3; C4; C5; C6; C7; C8; C9).

5 RESULTADOS

Foram entrevistadas 09 cobradoras de ônibus. A população estudada foi essencialmente do sexo feminino (100%), com idade média de 35 anos (mín = 35, máx= 56), sendo que 22,2% delas tinham 40 anos. Todas relataram ter oito ou mais dez anos de estudo, 22,2% referiu dificuldades financeiras para atender as necessidades básicas humanas.

Dando continuidade, sete (77,7%) eram solteiras, uma (11,1%) casada, uma (11,1%) de união estável, todas moravam com um ou mais familiares. As entrevistadas possuíam tempo igual ou superior a três meses de cargo da profissão. Todas são cristãs, dividindo entre católicas e evangélicas.

Das entrevistadas, apenas uma (11,1%) pratica atividade física (aeróbica e funcional); uma (11,1%) relatou diagnóstico médico de uma ou mais doenças; cinco (55,5%) já apresentaram algum problema de saúde em decorrência da profissão.

Todas as entrevistadas (100%) relatou contrato de trabalho formal, 100% das trabalhadoras realizavam horas extras e faziam pausas breves durante a jornada de trabalho (10 minutos para almoço e parada de descanso).

Predominaram os respondentes com relato de perceber o trânsito ruim ou péssimo (aproximadamente 95%). A maior parte das entrevistadas considera adequadas as condições no interior do ônibus: pouco desconfortável (66,6%).

Dentre as características sociodemográficas de estilo de vida e saúde, ter mais de 40 anos e praticar atividade física semanalmente associaram-se negativamente no que se é esperado e recomendado pelo Ministério da Saúde. As proporções de relato de vivência de ato violento no trabalho foram negativamente associadas à pior auto avaliação de saúde (bom, regular e ruim) e ao relato de pelo menos uma doença crônica diagnosticada por médico.

As variáveis ocupacionais que estiveram significativamente associadas ao evento estudado foram: tempo no cargo atual entre três meses a quinze anos, sempre haver pausas curtas durante o trabalho e averiguar as condições reais do transporte público (qualidade do trânsito, temperatura e ruído originado dentro do ônibus).

6 DISCUSSÃO

Todas (100% da amostra) relataram vivência condutas violentas na Região Metropolitana de São Luís no ambiente de trabalho, sendo correlacionadas à situação de saúde, condições de trabalho e oportunidade.

No quesito de violência no transporte público por ônibus, o questionamento dos roubos confere à dimensão da segurança pública, adicionados a outros problemas, como furtos, assédio e violência social e política. Algumas literaturas revelam que a redução na quantidade de usuários de ônibus, especialmente nos horários de menor movimentação, verifica em atributo da alta incidência de roubos (SOUSA et al, 2017).

De acordo com Assunção e Medeiros (2015) experimentaram se fatores sociodemográficos e de condições de trabalho estavam relacionados à violência contra profissionais de ônibus de região metropolitana (três cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Brasil). Nesse trabalho, a idade do trabalhador rodoviário revelou

excessivamente relacionada à violência. Doenças crônicas, absenteísmo-doença e condições de trabalho também foram referentes à violência.

Quanto à situação de saúde equivalente, foram encontradas relações positivas do episódio com o número de patologias adquiridas em decorrência do ambiente de trabalho e a quantidade de doenças crônicas diagnosticadas pelo profissional médico. Tal resultado já era esperado e corrobora com o estudo de Assunção e Medeiros (2015) quando revela que a exposição colabora para um pior estado de saúde que, por sua vez, atua a disposição pessoal para enfrentar acontecimentos estressores ocupacionais.

Em relação a variáveis ocupacionais, tais como averiguação das condições reais do transporte público (iluminação, temperatura), as participantes declararam pouco desconfortável, o que vai de acordo com o estudo de Lima, Manella e Vila Boa (2014) que classifica as condições internas dos veículos como favoráveis, apresentando que são regularmente vistoriados e mantidos em boas condições mecânicas. No item trânsito, entra-se em conformidades com os autores quando aborda que o trânsito é classificado como caótico principal fator de irritação pelos trabalhadores, já que este ponto está correlacionado à lentidão e engarrafamento.

No tocante ao trabalho, todas tem contratação com carteira assinada e com os mesmos benefícios de plano de saúde, plano odontológico e ticket. Relacionada à jornada, observou-se que oito cobradoras trabalham com jornadas de sete horas e vinte minutos, apenas uma delas trabalha doze horas. Geralmente no exercício da sua função, as horas trabalhadas quase sempre são ultrapassadas, porém quatro delas relatam que as empresas não pagam hora extra, desta forma, as firmas contribuem para o exercício da depredação das trabalhadoras pela obtenção do lucro. As férias ocorrem uma vez ao ano em um período de trinta dias, contudo uma cobradora relatou que está há quase dois anos sem retirar suas férias.

Essa forma de exploração e degradação das trabalhadoras é ainda mais crítico quando se observa o tempo reservado para o almoço que é realizado em apenas dez minutos. Muitas relatam que não dá tempo de almoçar, afirmam que quando realizam as refeições apenas “engolem”. E não há descanso depois de realizar a refeição, elas voltam a seguir viagem nos ônibus.

No quesito da renda familiar, ao serem perguntadas se a renda atende as necessidades das cobradoras oito delas apontaram que sim, porém percebe-se no próprio discurso que suas famílias passam por algumas dificuldades financeiras, entrando em paradoxo quando se afirma que a renda atende suas necessidades básicas. Também foram constatadas que todas as entrevistadas não participam de nenhum programa governamental. Todas participam do sindicato dos rodoviários.

Graf, Diogo e Coutinho (2010) discorrem sobre a importância de remuneração para o sustento familiar. O destaque da remuneração, ressalvada pelas trabalhadoras, relata de não trabalharem somente para si, mas também para o sustento familiar. Possuir um emprego fixo, de “carteira assinada” foi ponto chave de grande relevância, pois proporcionava segurança e planejamento financeiro. No entanto, os autores também revelam o baixo salário como forma de desvalorização e sobrecarga de trabalho, tendo como saída outra atividade para complementar a renda.

Quando perguntadas sobre assédio, todas responderam que nunca sofreram assédio no ambiente de trabalho, contudo percebe-se nos relatos das conversas que ocorrem casos diariamente que envolve assédio, principalmente relacionados aos usuários dos transportes coletivos, constatando que elas não conseguem identificar essa forma de desrespeito ao trabalho prestado.

De acordo com Tabuchi e Matoso (2014), o assédio ocorre por variados motivos que, em última instância, representam a dominação masculina sobre os corpos femininos. É essencial repensar as implicações práticas e as respostas que são reveladas a estes entraves. Observa-se o número espantoso de assédio que as mulheres sofrem nas ruas, e principalmente, no ambiente de trabalho. Revela que aproximadamente 81% das mulheres deixaram de fazer alguma atividade por medo ou opressão.

Entre as limitações do trabalho, encontra-se o pouco tempo para realização do estudo formal, a disponibilidade para coleta das pesquisadoras e a aceitação por parte das cobradoras em responder o questionário.

Apesar das limitações, as informações trazidas sobre o trabalho feminino no transporte coletivo da capital maranhense são fundamentais para repensar alguns pontos e melhorar a qualidade de trabalho e segurança das mesmas. A partir disso, é necessário formular políticas públicas de transporte coletivo e promover estratégias de prevenção do adoecimento.

7 CONCLUSÃO

Diante do exposto, nota-se que na sociedade capitalista as relações de trabalho no transporte público de São Luís- MA, há divergências quando abordados as percepções acerca da temática, tanto pessoais quanto profissionais, principalmente nos casos de assédio.

As dificuldades enfrentadas por elas, tais como assaltos, problemas relacionados à saúde são os maiores destaques apresentados na pesquisa realizada. Em contrapartida, notícias relatadas nos telejornais computam crescimento exacerbado de assédio nos coletivos. No entanto, o tema é relevado diante das cobradoras entrevistadas, visto que o termo “desrespeito” ou “fazer vista grossa” é utilizado como camuflagem para sobrepor a gravidade do assédio.

Nesse sentido, o quesito ser mulher no trabalho do transporte público é um assunto a se tornar irrelevante ou normal, já que a mulher precisa se preocupar com questões pessoais maiores, como exemplo o sustento da família, a saúde física e psicológica.

Logo, medidas educativas são essenciais para serem repensadas em conjunto com políticas públicas efetivas, para que o machismo seja reconhecido como um tema na sociedade, e possa labutar com os agressores num método de tomada de consciência.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. C.de; NASCIMENTO, T. F. **As Motoristas do Transporte Coletivo de Goiânia: inserção no campo das ‘profissões masculinas’, limitações e desafios.** Associativismo, Profissões e Políticas Públicas - III Seminário Nacional Trabalho e Gênero.

ASSUNÇÃO, A. A.; MEDEIROS, A. M. de. Violência a motoristas e cobradores de ônibus metropolitanos, Brasil. **Rev Saúde Pública**, 2015.

BLUME, B. A. Como Funciona o Sistema de Transporte Público no Brasil. **Politize**, 2016. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/transporte-publico-no-brasil-como-funciona/>>. Acesso em: 10 de dez. de 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1998.

CARVALHO, A. M. de; CASAGRANDE, L. S. **Mulheres condutoras de ônibus no transporte coletivo de Curitiba: tabus, desafios e experiências.** Anais eletrônicos do 15. Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, Florianópolis, SC, 2016.

DANIEL, C. O trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho. **O Social em Questão** - Ano XIV - nº 25/26 – 2011.

GRAF, L. P.; DIOGO, M. F.; COUTINHO, M.C. Sentidos do trabalho para mulheres em contextos urbano e rural. **Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, 2010.

HIRATA, H. **A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/03.pdf>.

JUNIOR, J. C. M. R.; VIEIRA, R. S. de. Políticas públicas de transporte coletivo de passageiros: a segregação das mulheres em vagão exclusivo do metrô. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**, 2017.

LIMA, S. D. A. de; MANELLA, C. D.; BOAS, J. B. O. V. de. Condições de trabalho e saúde dos motoristas de ônibus coletivo urbano do Vale do Aço. **Psicologia. PT- o portal dos psicólogos**, 2011.

NASCIMENTO, S. D. Precarização do trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís- MA, 2016.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica.** Editora Cortez, volume 01, 2006.

NETTO, N. S. P.; LUZ, N. S. da. Reestruturação produtiva e divisão sexual do trabalho: reflexões sobre o trabalho feminino contemporâneo. **Dossiê: Classes Sociais e Transformações no Mundo do Trabalho**, Londrina, 2011.

SOUSA, D. C. B. de et al. Violência em transporte público: uma abordagem baseada em análise espacial. **Rev Saúde Pública**. 2017.

TABUCHI, M. C.; MATTOSO, N. S. de. **Segregar, culpabilizar e oprimir- problematizações acerca do projeto de Lei do “Ônibus Rosa” na cidade de Curitiba.** Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR, 2014.

VEIGA, A. C. O. de.; BIZERRA, F. A. de. **Exploração, controle e hierarquia: o trabalho feminino da produção rígida ao toyotismo.** Disponível em: www.uff.br/trabalhonecessario, 2017.